

CONSTITUINTE

Líderes partidários reúnem-se para discutir pontos polêmicos

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Os relatores da Comissão de Sistematização da Constituinte e os líderes partidários encontram-se hoje às 16 horas na Comissão de Justiça do Senado com a disposição de eliminar as áreas de atrito sobre as questões ainda polêmicas. Pretendem entender-se para que o projeto a ser apresentado no domingo pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, aproxime-se o quanto possível do consenso. Há uma semana negociando e redigindo um novo texto de Constituição, os relatores não tinham até o início da noite de ontem definido fórmulas de consenso sobre temas importantes, como a imissão imediata da União na posse dos imóveis desapropriados, anistia, estabilidade no emprego, jornada de trabalho, duração do mandato presidencial e forma de transição do sistema de governo presidencialista para o parlamentarismo.

A idéia original da reunião entre os relatores e os líderes era negociar fórmulas de consenso a partir de um texto de referência. Para conseguirem concluir o texto para a reunião, os relatores já se programavam para trabalhar até a madrugada. E não estavam muito certos de que conseguiriam concluir um texto integral até a hora marcada para a reunião de hoje.

Ontem, Cabral decidiu rejeitar a proposta de criação da corte constitucional. No projeto que redige, vai manter o Supremo Tribunal Federal (STF), com a mesma estrutura atual, com onze ministros escolhidos pelo presidente da República e referendados pelo Senado. O STF, porém, terá nova competência, predominantemente constitucional.

A atual competência do STF para apreciar em grau de recurso os processos sobre aplicação de leis federais seria transferida para o Superior Tribunal de Justiça, a ser criado com a atribuição de julgar em última instância os recursos judiciais.

De acordo com o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), um dos relatores adjacentes da Comissão de Sistematização, a decisão de

Cabral de manter o STF não foi unânime no grupo de relatores. Ele próprio, Jobim, defende a criação do tribunal constitucional, de composição tripartite. Um terço seria indicado pelo Executivo, outro pelo Legislativo e outro pelo Judiciário.

Segundo Jobim, o projeto de Cabral não deverá prever a criação da Justiça Agrária. As questões sobre terras continuariam a ser resolvidas pela Justiça Federal.

Também pelo projeto de Cabral, as atuais funções do Tribunal Federal de Recursos (TFR) seriam assumidas por Tribunais Regionais, que decidiriam em segunda instância os processos judiciais sobre questões federais.

Por proposta do senador José Ignácio (PMDB-ES), também relator adjunto, o deputado Bernardo Cabral deverá estabelecer no seu projeto um mecanismo destinado a permitir que as reiteradas decisões judiciais alcancem todas as pessoas e não somente as que entram na Justiça.

O mecanismo opera-se por decreto legislativo. O Judiciário encaminha ao Congresso as súmulas, extratos de decisões reiteradas. Sem o poder de emendar as súmulas, o Congresso pode aprová-las na forma de decreto legislativo, com força de lei. A aprovação pode ter o efeito de desafogar o Judiciário, pondera Ignácio, pois os potenciais litigantes seriam automaticamente beneficiados pelos decretos legislativos. Por decisão do conjunto de relatores, o projeto a ser apresentado por Cabral deverá reproduzir integralmente a proposta aprovada pela Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, cujo relator, deputado José Serra (PMDB-SP), trabalha em conjunto com os relatores da Comissão de Sistematização.

O entendimento dos relatores sobre o sistema de concessões de emissoras de rádio e televisão estava próximo ontem. O projeto deverá prever um sistema pelo qual o Executivo terá o poder de publicar os editais de concorrência, chamar os participantes e abrir o processo. A decisão preliminar caberá ao Executivo.

A questão da dívida

por Andrew Greenlees de Brasília

O deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ) insistiu ontem para que a mesa da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, defina a data em que será votado o projeto apresentado pelo parlamentar fluminense proibindo a conversão da dívida externa brasileira em capital de risco no País. A proposta foi aprovada há cerca de um mês na Comissão de Sistematização e, pelo regimento interno, deve ser encaminhada agora à apreciação do plenário da Constituinte.

O primeiro vice-presidente da Constituinte, senador Mau-

ro Benevides, informou a Paulo Ramos que haverá uma definição sobre a data na próxima semana. Os líderes do governo no Congresso pretendem esvaziar a sessão de votação impedindo que haja quórum para deliberar.

Na opinião do autor da proposta, porém, essa estratégia acabará impedindo que o Brasil adote a fórmula de conversão da dívida. Isso porque, na convenção nacional do PMDB, foi decidido que o Congresso deveria manifestar-se sobre o tema. "Tem que resolver no voto", diz Paulo Ramos, para quem o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira (do PMDB), não poderá promover a conversão até que os constituintes se manifestem.

Centro Democrático adia sua estruturação

por Andrew Greenlees de Brasília

O Centro Democrático — grupo parlamentar formado a partir da ala de centro-direita do PMDB — adiou ontem a escolha de seu presidente, coordenadores e conselho consultivo, funções criadas com o objetivo de consolidar e estruturar o bloco. Um dos articuladores do Centro Democrático, deputado Expedito Machado, do Ceará, informou que nova reunião deverá ser realizada na próxima quarta-feira.

Machado costuma assegurar que o grupo reúne cerca de 120 parlamentares do partido. Menos de 40, no entanto, compareceram a um encontro anteontem. Segundo Machado, a consolidação do Centro foi adiada porque não se concluiu a coleta de indicações para conselheiros que partem das bancadas estaduais.

"Teremos uma estrutura mais aperfeiçoada do que qualquer outro partido no Congresso", promete Machado, sempre negando que o Centro Democrático seja o embrião de uma nova legenda partidária. "Os incomodados que se mudem", diz o coordenador,

referindo-se aos progressistas e membros do Movimento de Unidade Popular (MUP), dissidência da ala esquerda do PMDB.

O deputado cearense reconhece, no entanto, que o partido está "inchado" com 305 parlamentares. A tentativa de dar estrutura formal ao Centro Democrático é vista no Congresso como uma estratégia para garantir a preponderância do grupo numa possível disputa pela legenda do PMDB. O Centro Democrático, aliás, já procura reaproximar-se do presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães.

O deputado constituinte Carlos Alberto "Caó" de Oliveira (PDT-RJ) disse ao editor Riomar Trindade, ontem, no Rio, que foi fechado o acordo de lideranças para o "capítulo comunicação" do projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Esse acordo, segundo o deputado pedetista, assegura a criação do Conselho Nacional de Comunicação, a quem competirá examinar e deliberar sobre a concessão de canais de rádio e televisão em todo o País.

Quércia afirma que os governadores devem pressionar Constituinte

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, disse ontem no Palácio dos Bandeirantes que os 22 governadores do PMDB poderão pressionar a Assembleia Nacional Constituinte na questão do sistema de governo, embora ainda não exista definição entre os governadores a respeito da adoção do parlamentarismo ou da manutenção do presidencialismo.

"Ainda estamos num processo de conversa", afirmou Quércia. "Na reunião do Recife só Waldir Pires (governador da Bahia) apresentou opção pelo parlamentarismo, os outros não se definiram. Acredito que a maioria dos governadores é pelo presidencialismo."

Mudou muito a posição na Constituinte, onde a maioria era a favor do parlamentarismo. Acho que esta tendência diminuiu", completou o governador.

Os governadores deverão começar a usar suas forças de pressão na Constituinte após a reunião a ser realizada em setembro, no Rio de Janeiro.

A respeito da greve geral, Quércia a classificou como "um fracasso total daqueles que pensavam em realizar neste momento uma greve política. Nem houve greve de verdade", disse, acentuando duas exceções: uma passeata em São Bernardo e "algumas fábricas fechadas em Dia-

dema, onde a prefeitura é do PT".

Quércia não quis comentar a atitude do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Marcos Nogueira Garcez, em não divulgar os salários do Poder Judiciário paulista, a não ser o seu próprio (Cz\$ 263,5 mil). "Divulgar ou não os salários, é uma questão muito subjetiva", comentou o governador, justificando que "no caso do Executivo existem muitas distorções".

Embora a lista de "marajás" da administração direta do estado — entregue pelo governador à imprensa na última sexta-feira — não incluía os funcionários das estatais paulistas, Quércia disse ontem que "se o comitê de imprensa do Palácio me solicitar, posso arrumar a lista dos salários das estatais. Mas não acredito que lá existam 'marajás'".

O governador paulista explicou que o novo piso salarial dos servidores públicos (de Cz\$ 6 mil) beneficiará cerca de 130 mil pessoas. O piso deverá ser votado pela Assembleia Legislativa assim que o secretário da Fazenda, José Campos Machado Filho, completar a mensagem na qual está trabalhando.

"Ainda nem pagamos o 4º 'gatilho' e estamos em déficit. Perdido por 1.500, perdido por 2 mil réis", disse o governador sem explicar quanto custará ao governo o aumento aos servidores.

Newton endossa posição

O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, disse ontem que concorda com o presidente nacional do PMDB e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, e se dispôs a empenhar-se junto aos 37 constituintes mineiros do PMDB para que votem, em plenário, a favor do presidencialismo. Segundo Cardoso, esse trabalho deveria ser feito também pelos demais governadores do PMDB, uma vez que, segundo ele, o regime presidencialista é o que mais convém ao País.

"Nesse trabalho, ninguém vai pressionar os deputados. Não se trata disso, até porque um constituinte não aceita pressão. O que devemos fazer é conversar com eles, trocar idéias, mostrar a eles que o País não suporta o regime par-

lamentarista, principalmente se a questão econômica não estiver perfeitamente ultrapassada", disse Cardoso, conforme a Agência Globo.

O governador de Minas disse ainda que não recebeu nenhuma solicitação do deputado Ulysses Guimarães nesse sentido, mas que também não ficará aguardando a convocação do presidente do PMDB. "Na hora oportuna, vamos conversar com os deputados."

Todos sabem que defendendo o regime presidencialista, pois vou mostrar aos nossos constituintes por que tenho essa posição", afirmou Cardoso, convencido de que a ação dos governadores poderá reverter a tendência da Assembleia Nacional Constituinte.

Arraes diz que respeita a posição da bancada

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, é favorável à manutenção do sistema presidencialista de governo, sem a concentração de poderes que a Constituição atual atribui ao presidente da República, mas não pretende fazer a menor ingerência junto à bancada federal do PMDB para que ela se oponha à possível implantação do parlamentarismo.

Essa informação foi dada ontem pelo porta-voz do Palácio do Campo das Princesas, Ricardo Leitão, acrescentando que Arraes já teve oportunidade de deixar bem clara essa sua posição perante a bancada, durante uma reunião que teve com os constituintes de Pernambuco, em

Brasília, na véspera da convenção do PMDB.

Na ocasião, segundo o porta-voz, Arraes explicou à Agência Globo que um país continental e completo como o Brasil ainda precisa de um poder central que seja a síntese de todas as suas regiões. No entanto, deixou bem claro que respeitava a posição da bancada, e que cada um votasse na Constituinte de acordo com suas consciências. Ele continua entendendo que tanto a questão do sistema de governo quanto a duração do mandato do presidente José Sarney são assuntos secundários diante dos capítulos referentes à ordem social e à ordem econômica da futura Constituição.